

RESPOSTA AO RECURSO

REGULAMENTO DA CONSULTA A COMUNIDADE PARA A ESCOLHA DO REITOR(A) E DIRETORES(AS) GERAIS DE CAMPUS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PARA O PERÍODO DE 2018-2022.

Recorrente: Ivete Cristina Souza Rocha Gomes.

Manifestação da Comissão

Em breve relatório, trata-se de pedido de recurso ao Regulamento Eleitoral do IF Baiano 2018-2022, interposto pela discente Ivete Cristina Souza Rocha Gomes, pelo que se entende, requerendo disponibilização de urnas nos polos EAD para garantir a participação dos discentes dessa modalidade de ensino nas eleições para reitor e diretores gerais.

A Comissão manifesta-se pela tempestividade da interposição e pela resposta ao recurso.

É o breve relatório.

Passa-se à análise das razões do recurso.

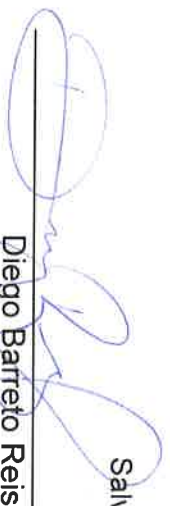
Da análise dos fatos narrados e argumentos apresentados, conclui-se então que o Regulamento Eleitoral garante a oportunidade de votação aos estudantes EAD em seu Campus de vinculação, não sendo configurado cerceamento do direito de votar dos discentes desta modalidade de ensino, mas tão somente o objetivo de estabelecer um processo onde não haja espaço para fraude, o que poderia ser favorecido em face da impossibilidade material de realizar os pleitos em todos os polos. Ademais, as comissões locais precisam estar no local de votação para dirimir quaisquer dúvidas e apoiar as mesas receptoras, o que seria inviável em face da distância desses polos, saliente-se ainda que essa comissão não pode se desmembrar visto que para qualquer decisão precisa de quórum mínimo de seis membros, conforme o mesmo regulamento. Sobre o prejuízo às atividades acadêmicas, entendemos que o pleito eleitoral faz parte do processo pedagógico da instituição, corroborando com a formação política e cidadã de todos os membros envolvidos. Entendemos ainda que a participação desses alunos está garantida e que cabe a cada campus materializar a participação deles no pleito eleitoral.

Ao passo que nos sensibilizamos com as condições individuais dos diversos agentes desse processo eleitoral, é imperioso estabelecer que a Comissão Central precisa pensar a dinâmica de todo o processo, não sendo viável atender todas as demandas individuais, nesse sentido esclarecemos que a eleição não se faz apenas com a urna, mas com membros de mesa receptora além de fiscais de candidatos e comissão local para conduzir todo o processo, notamos por fim a inviabilidade quando ponderamos sobre o binômio necessidade X possibilidade e em face dessa ponderação entendemos que seria essa a forma de garantir uma eleição mais segura e materialmente realizável.

Assim referido, esta Comissão se manifesta pela **improcedência** do recurso sob análise

Sem mais.

Salvador-BA, em 06 de novembro de 2017



Diego Barreto Reis

Presidente da Comissão Eleitoral Central